



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
CAMPUS PAULISTA

Portaria nº 070/2015-DGCPLT

Ementa: Modifica composição de Comissão.

A DIRETORA GERAL DO *CAMPUS* PAULISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 895/2015-GR, de 11/06/2015, publicada no DOU de 15/06/2015, seção 2, página 19, e Portaria nº 1096/2014-GR, de 11/08/2014, ambas da Magnífica Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco,

RESOLVE:

1. Modificar a Comissão para estabelecer convênios entre o IFPE- *Campus* Paulista e as empresas da região, designada pela Portaria 061/2015-DGCPLT, de 07/10/2015, que passa a ter a seguinte composição:

SERVIDOR	SIAPÉ
Larissa da Costa Melo (Presidente)	2234641
Luciana de Lavor Nunes	1893997
Renato Carvalho Menezes	2200325
João Bosco de Souza	2248814
Dayana Andrade de Freitas	2200444

2. Revoguem-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

GABINETE DA DIREÇÃO GERAL DO *CAMPUS* PAULISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, 06 de novembro de 2015.

JESSICA SABRINA DE OLIVEIRA MENEZES
Diretora Geral do *Campus* Paulista



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO *CAMPUS* PAULISTA

Portaria nº 071/2015-DGCPLT

Ementa: Designa Fiscais de Contrato.

A DIRETORA GERAL DO *CAMPUS* PAULISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 895/2015-GR, de 11/06/2015, publicada no DOU de 15/06/2015, seção 2, página 19, e Portaria nº 1096/2014-GR, de 11/08/2014, ambas da Magnífica Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, e considerando o Processo 23737.014935.2015-59 com despachos exarados,

R E S O L V E:

ART. 1º – Designar o servidor **Marcelo Melo da Silva**, SIAPE nº 2235136, CPF nº 007.639.89436, como representante titular (Fiscal de Contrato) e o servidor **Teófilo Abraão Guedes de Souza Filho**, SIAPE nº 139469, CPF nº 170.677.404-44, como representante substituto, desta Instituição de Ensino referente ao Contrato nº 30/2015, firmado entre o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Paulista** e a empresa **SOLL – Serviços, Obras e Locações Ltda**, CNPJ. nº 00.323.090/0001-51, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e manejo nas instalações físicas e mobiliárias, bens móveis e imóveis, bem como fornecimento dos equipamentos e matérias adequadas à execução dos trabalhos, visando atender às necessidades do IFPE – *Campus* Paulista.

ART 2º – Estabelecer que a fiscalização seja exercida nos termos da Portaria SE/MEC nº 201 de 12 de abril de 1999 e Instrução Normativa nº 18 de 22 de dezembro de 1997.

ART. 3º – São competências dos representantes do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Paulista** dentre as previstas na legislação mencionada no artigo anterior e na Lei nº 8.666/93, e demais legislações que disciplinam a matéria:

- I – manter cópia do Termo Contratual e de seus eventuais aditivos, juntamente com outros documentos que possam dirimir acerca das obrigações contratuais, devidamente anexados ao processo de fiscalização da execução do contrato;
- II – controlar a vigência, atentando para os prazos que estabelecem a antecedência necessária a prorrogação;
- III – proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar suas atividades dentro das normas do contrato;
- IV – conferir os dados das faturas, compatibilizando-as com os serviços prestados, antes de atestá-las para pagamento;

- V – anotar no processo de fiscalização da execução do contrato todas as ocorrências relacionadas com a execução, informando à unidade onde os serviços estão sendo executados todas aquelas que dependem de decisão, com vista a regularização das faltas ou defeitos observados.
- VI – realizar constantes avaliações do objeto do contrato, propondo medidas que visam à redução dos gastos.
- VII – manter permanente vigilância sobre as obrigações da contratada previstas no contrato, bem como demais disposições da Lei nº 8.666/93 e outras que disciplinam a matéria;
- VIII – acompanhar a realização dos serviços;
- XI – estabelecer rotinas para o cumprimento do contrato;
- X – exigir da contratada o fiel e total cumprimento do contrato;
- XI – encaminhar memorando à Diretoria de Administração e Planejamento, quando o objeto estiver sendo executado de forma irregular, em desacordo com as determinações administrativas e, ainda, quando constatada a paralisação da execução ou cometimento de faltas, garantindo a ampla defesa à Contratada;
- XII – notificar por escrito à contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços;
- XIII – exercer as demais atividades necessárias ao fiel cumprimento do objeto do contrato, tanto por parte do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus Paulista**, quanto por parte da contratada.

ART. 4º – Os representantes respondem civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular das atribuições do encargo.

ART. 5º – As atribuições dos fiscais têm início e término de acordo com a vigência do contrato.

ART. 6º – Revogar as disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

GABINETE DA DIREÇÃO GERAL DO *CAMPUS* PAULISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, 11 de novembro de 2015.



JESSICA SABRINA DE OLIVEIRA MENEZES
Diretora Geral do *Campus* Paulista



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
CAMPUS PAULISTA

Portaria nº 072/2015-DGCPLT

Ementa: Concede Progressão por
Capacitação Profissional.

A DIRETORA GERAL DO CAMPUS PAULISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 895/2015-GR, de 11/06/2015, publicada no DOU de 15/06/2015, seção 2, página 19, e Portaria nº 1096/2014-GR, de 11/08/2014, ambas da Magnífica Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, considerando o Processo nº 23737.015243.2015-28, com despachos exarados,

RESOLVE:

Conceder à servidora abaixo relacionada Progressão por Capacitação Profissional, de acordo com a Legislação Vigente, a contar de 21 de novembro de 2015:

SIAPE	SERVIDOR	CARGO	NÍVEL/CAPAC ANTES	NÍVEL/CAPAC ATUAL
1861099	DAYANNE ROUSEI DE OLIVEIRA AMARAL	TÉC. LABORATÓRIO	D-303	D-403

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

GABINETE DA DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS PAULISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, 20 de novembro de 2015.

JESSICA SABRINA DE OLIVEIRA MENEZES
Diretora Geral do Campus Paulista



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO *CAMPUS* PAULISTA

Portaria nº 073/2015-DGCPLT

Ementa: Designa Fiscais de Contrato.

A DIRETORA GERAL DO *CAMPUS* PAULISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 895/2015-GR, de 11/06/2015, publicada no DOU de 15/06/2015, seção 2, página 19, e Portaria nº 1096/2014-GR, de 11/08/2014, ambas da Magnífica Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, e considerando o Processo 23737.006362.2015-91 com despachos exarados,

R E S O L V E:

ART. 1º – Designar o servidor **Teófilo Abraão Guedes de Souza Filho**, SIAPE nº 139469, CPF nº 170.677.404-44, como representante titular (Fiscal de Contrato) e o servidor **Júlio César Lima de Oliveira**, SIAPE nº 1642974, CPF nº 013.786.374-88, como representante substituto, desta Instituição de Ensino referente ao Contrato nº 03/2015, firmado entre o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Paulista** e a empresa **Guardsecure Segurança Empresarial Ltda**, CNPJ. nº 42.035.097/0002-07, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de vigilância armada de ronda, visando atender às necessidades do IFPE – *Campus* Paulista.

ART 2º – Estabelecer que a fiscalização seja exercida nos termos da Portaria SE/MEC nº 201 de 12 de abril de 1999 e Instrução Normativa nº 18 de 22 de dezembro de 1997.

ART. 3º – São competências dos representantes do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Paulista** dentre as previstas na legislação mencionada no artigo anterior e na Lei nº 8.666/93, e demais legislações que disciplinam a matéria:

- I – manter cópia do Termo Contratual e de seus eventuais aditivos, juntamente com outros documentos que possam dirimir acerca das obrigações contratuais, devidamente anexados ao processo de fiscalização da execução do contrato;
- II – controlar a vigência, atentando para os prazos que estabelecem a antecedência necessária a prorrogação;
- III – proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar suas atividades dentro das normas do contrato;
- IV – conferir os dados das faturas, compatibilizando-as com os serviços prestados, antes de atestá-las para pagamento;

- V – anotar no processo de fiscalização da execução do contrato todas as ocorrências relacionadas com a execução, informando à unidade onde os serviços estão sendo executados todas aquelas que dependem de decisão, com vista a regularização das faltas ou defeitos observados.
- VI – realizar constantes avaliações do objeto do contrato, propondo medidas que visam à redução dos gastos.
- VII – manter permanente vigilância sobre as obrigações da contratada previstas no contrato, bem como demais disposições da Lei nº 8.666/93 e outras que disciplinam a matéria;
- VIII – acompanhar a realização dos serviços;
- XI – estabelecer rotinas para o cumprimento do contrato;
- X – exigir da contratada o fiel e total cumprimento do contrato;
- XI – encaminhar memorando à Diretoria de Administração e Planejamento, quando o objeto estiver sendo executado de forma irregular, em desacordo com as determinações administrativas e, ainda, quando constatada a paralisação da execução ou cometimento de faltas, garantindo a ampla defesa à Contratada;
- XII – notificar por escrito à contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços;
- XIII – exercer as demais atividades necessárias ao fiel cumprimento do objeto do contrato, tanto por parte do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus Paulista**, quanto por parte da contratada.

ART. 4º – Os representantes respondem civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular das atribuições do encargo.

ART. 5º – As atribuições dos fiscais têm início e término de acordo com a vigência do contrato.

ART. 6º – Revogar as disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

GABINETE DA DIREÇÃO GERAL DO *CAMPUS* PAULISTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, 24 de novembro de 2015.



JESSICA SABRINA DE OLIVEIRA MENEZES
Diretora Geral do *Campus* Paulista